

---

## A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS

---

PORTUGAL, DA OPÇÃO ATLÂNTICA  
À OPÇÃO EUROPEIA  
(2ª PARTE)

*“...no mundo contemporâneo, a preponderância de um império já não se mede pela influência geográfica. Além de formidáveis atributos militares, esta resulta essencialmente da supremacia no controlo das redes económicas, dos fluxos financeiros, das inovações tecnológicas, das trocas comerciais, das extensões e projecções (materiais e imateriais) de toda a espécie.”<sup>50</sup>*

IGNACIO RAMONET

*João Carlos Fonseca Tomás (\*)*  
*Aspirante Aluno Infantaria*

## CAPÍTULO II

### Os Estados Unidos e a União Europeia face à situação nacional

#### a) *A Opção Atlântica (da Inglaterra aos EUA)*

No capítulo anterior recorreu-se a fragmentos da história estratégica de Portugal, com o intuito de evidenciar a posição portuguesa perante conjunturas que para o País não eram favoráveis. Assim, consoante as situações que impossibilitassem de optar pela neutralidade, tinha de abraçar um dos lados do problema, o Poder Atlântico (Marítimo) ou o Europeu (Continental), para preservar a identidade nacional bem como a individualidade enquanto País.

Terá ficado, no primeiro capítulo, suficientemente claro, pelo menos assim se espera, que a Portugal tinha estado muito provavelmente reservado um destino análogo ao das demais nações ibéricas, se não tivesse sabido e querido tirar partido das potencialidades da sua posição, como já vimos, periférico-atlântica. Assumindo-se como um país cada vez mais euro-atlântico e universalista que ibérico, dos pontos de vista geoeconómico, geocultural e geopolítico.

---

(\*) Aluno na Academia Militar. O artigo que aqui se apresenta constitui uma adaptação do trabalho final de Licenciatura, orientado pelo Major Garrinhas Carriço.

<sup>50</sup> RAMONET, Ignacio, *Geopolítica do Caos*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

Seguindo esta orientação, a expansão ocidental foi facilitada pela superioridade na organização, disciplina e treino das forças militares, subsequentemente, por superiores armas, transportes, logística e serviços médicos, resultantes da sua liderança na Revolução Industrial.

Como já vimos, em finais do século XIX o poder transitava de mãos, a Inglaterra estava a ser ultrapassada pelo recente vigor dos EUA, que depois de consolidar o seu poder continental de costa a costa, assumia agora o papel de Potência Marítima. Esta condição foi o produto do despertar de uma vocação, que devia ser própria à nação americana e que era indispensável para o seu crescimento enquanto actor da cena internacional e como futura Potência.

A Teoria já abordada neste trabalho, do Poder Marítimo de Alfred Mahan sendo o somatório de várias componentes<sup>51</sup>, desde o Poder naval, até às mais diversas infraestruturas e recursos marítimos, foi de extrema relevância para o poder Norte-Americano, que o seguiu de forma metódica e definiu as suas orientações estratégicas de expansionismo.

O controlo de *chock points* era fundamental, bem como a construção de infra-estruturas essenciais, como já foi referido no primeiro capítulo, pois conferiam aos EUA o domínio dos Mares. Assim, impuseram a sua influência nas Antilhas (edificando protectorados em S. Domingo e Cuba, no Continente, na Nicarágua) e no Pacífico Sul (anexando o arquipélago havaiano, tornando-o num Estado). Para além disto observaram o avanço nipónico na ampliação do seu espaço vital (teoria já abordada no primeiro capítulo) sob a Ásia oriental e Pacífico Norte. Foi com o ataque japonês sobre as ilhas do Havai, em Pearl Harbor, que os Estados Unidos se precipitaram na II Guerra Mundial quando mantinham até então o isolacionismo salvaguardando a devida distância dos problemas do Velho Continente.

Face a uma Europa enfraquecida e dilacerada entre vencedores e vencidos, a guerra permitiu a emergência de duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética.

Os Estados Unidos fortaleceram a sua posição de força adquirida após a Primeira Guerra Mundial através da afirmação da sua superioridade económica, bem como da sua posição de credor relativamente ao resto do mundo. O dólar foi

---

<sup>51</sup> O Poder marítimo depende de seis condições fundamentais: a posição geográfica; a configuração física; a extensão do território; a quantidade da população; o carácter nacional e por fim as instituições. (Ver CORREIA, Pedro Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol.1 – Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Quarteto Editora, 2002, pg. 155.)

instituído como moeda padrão <sup>52</sup> em 1944, porém o crescimento desta potência emergente afirmava-se, conjuntamente, sob o ponto de vista do prestígio moral que foi determinante na sua intervenção decisiva para a vitória, saliento o seu recurso às novas tecnologias e ao emprego de novo armamento estratégico – tático, como foi a bomba atômica.

A URSS, mantendo-se afastada após as revoluções russas, encontrava-se reabilitada depois da guerra; a simpatia suscitada pelos milhões de vítimas do nazismo e o papel do Exército Vermelho, que infligiu aos nazis a sua primeira derrota em Estalinegrado, libertou três quartos da Europa e continuou depois estacionado nos países da Europa de Leste, garantiram-lhe de facto uma posição dominante na Europa. Os empréstimos utilizados para financiar as enormes despesas militares agravavam os orçamentos das nações que entraram na guerra. Os Estados Unidos, que não tinham sofrido a guerra no seu território, e sobretudo os domínios ingleses (Canadá, Austrália, etc.) viram, em contrapartida, as suas economias estimuladas pela procura europeia.

Os espaços marítimos podem ser o instrumento de uma verdadeira hegemonia. Permitem uma extensão do território do Estado por expansão do seu poder jurisdicional. Sabe-se, com grande certeza, que tudo é transitório, o mesmo se passa com o poder. Ciclicamente o poder muda de mãos, devido às conjunturas internacionais. Para se ser uma potência é necessário reunir uma série de capacidades, que são identificáveis como base de poder <sup>53</sup>. Para além disso, é necessário ter vontade, ter ímpeto intelectual e moral para ajustar todo o sistema internacional à sua determinação, e para além disso, ao nível terreno, ter capacidades efectivas para o ser. Ao longo dos séculos o poder foi-se deslocando de país para país, tornando-os em Potências com maior ou menor influência, consoante aquilo que detinham como base de Poder, mas todos eles sob o mesmo desígnio, a supremacia regional ou até mesmo mundial.

Segundo Henry Kissinger, “No século XX, nenhum país tem influenciado as relações internacionais tão decisivamente e, ao mesmo tempo, tão ambivalentemente como os Estados Unidos. Nenhuma sociedade tem insistido tão firmemente na inadmissibilidade de intervenção de outros países nos seus assuntos internos ou defendido tão veementemente a aplicabilidade universal dos seus valores. Nenhuma nação tem sido tão pragmática na sua conduta diplomática quotidiana ou tão ideológica

---

<sup>52</sup> Na conferência de Bretton Woods o dólar tornou-se a moeda de referência nas trocas, destronando a libra.

<sup>53</sup> Recursos militares, económicos, humanos, morais, auto-imagem, opinião dos outros, etc.

na perseguição das suas convicções morais históricas. Nenhum país tem sido tão relutante em comprometer-se no estrangeiro, mesmo ao empreender alianças e acordos de alcance sem precedentes”<sup>54</sup>. Ao longo do conflito entre as duas superpotências, a Europa ocidental viu a sua defesa sob o jugo directo dos Estados Unidos. Terminada a guerra-fria, derrotada a URSS, os EUA viram incrementada a sua força em relação aos restantes países do mundo. Na realidade já não havia mais ninguém, com poder <sup>45</sup> suficiente para os enfrentar e com eles rivalizar a hegemonia mundial. Neste contexto, os EUA ficaram com capacidade de projectar força pelos quatro cantos do mundo, não só pela sua presença militar (que está espalhada por todo o planeta), bem como, através das alianças feitas pela necessidade da confrontação entre estes dois blocos.

Com o fim da Guerra-Fria, estas alianças foram mantidas e adaptadas às circunstâncias. Contudo Kissinger salienta que “a Europa não sentirá a anterior necessidade de protecção americana e prosseguirá os seus interesses económicos próprios de uma forma muito mais agressiva...”<sup>56</sup>, julgo não ser esta a situação que se nos depara, os laços Euro-Atlânticos multiplicam-se e só assim ganham força como um bloco (Ocidental) na Ordem internacional. Contudo ele ainda refere mais, “... A América não quererá sacrificar-se tanto pela segurança da Europa e será tentada por várias formas pelo isolacionismo.”<sup>57</sup> Compreende-se que os EUA não queiram sacrificar-se mas não têm outra opção, ao contrário do que ele refere e como já foi dito, é fundamental assegurar a relação Norte-Atlântica, assegurar a estabilidade regional na Europa, evitando assim, transformar os Estados Unidos “...numa ilha ao largo das costas da Eurásia.”<sup>58</sup> Nesta perspectiva, cabe então à Aliança adaptar as duas instituições básicas que modelam a relação atlântica, (a NATO e a UE) às realidades do mundo pós guerra-fria. Os EUA encontravam-se preparados para assumir uma Política expansionista e tentaram aumentar o seu poder, assumindo o papel de polícias da Nova Ordem mundial. Actualmente, segundo Luís Leitão Tomé “gozam de uma enorme disparidade de poder em relação ao resto do mundo. Não podem ser coagidos,

---

<sup>54</sup> *Ibidem* nota 18, pg.716.

<sup>55</sup> Segundo Raymond Aron, o Poder nas Relações Internacionais “é a capacidade de um actor do sistema internacional impor a sua vontade a outro actor, mediante a suposição de sanções eficazes no caso de uma não-aceitação dessa vontade”. (Ver Vieira Borges, Aportamentos da Cadeira *Elementos de Estratégia*, Academia Militar, 2003.)

<sup>56</sup> *Ibidem*, nota 18, pg. 717.

<sup>57</sup> *Ibidem*, pg. 717.

<sup>58</sup> *Ibidem*, pg. 718.

não se lhes pode impor regras, condutas e comportamentos que os próprios não queiram assumir e respeitar e, no entanto, gozam de uma posição que lhes permite intervir virtualmente onde, quando e como quiserem.”<sup>59</sup>

Como já vimos, da história podemos retirar ensinamentos pois os múltiplos cenários de evolução que se podem delinear são incertos. É-nos sabiamente aconselhado a termos uma postura prudente, no que concerne ao valor que é a segurança nacional. Atentemos ao seguinte: Caso a relação entre EUA e a Europa (UE) seja “conflituosa”, Portugal pode vir a transformar-se numa zona de fronteira, como já vimos no capítulo anterior, entre a Potência Marítima e a Continental. Neste sentido a posição portuguesa será relevante para qualquer um dos contendores, pois é essencial ao controlo de rotas (marítimas e aéreas). Sendo uma zona de fronteira a possibilidade de existirem confrontações em território português aumenta significativamente. Isto agrava-se pelo facto, como refere o General Loureiro dos Santos, “... de uma parte do seu território (os Açores) serem considerados como integrando a fronteira de segurança dos EUA, quer em termos defensivos, como de projecção do poder para várias regiões da actual NATO e no exterior desta aliança (caso do Médio Oriente).”<sup>60</sup>

## b) *A União Europeia*

Como já vimos anteriormente, a UE surgiu nos anos cinquenta do século passado, embora com outro nome, contudo é de referir que a sua participação na ordem internacional é cada vez mais frequente e o seu peso maior.

Armando Marques Guedes, ao tentar caracterizar a UE, como uma entidade atípica, refere que “enquanto forma política é difícilíssima de classificar: não sendo um super-Estado, uma federação, ou sequer uma confederação, partilha com essas várias formas políticas canónicas, idealizadas, alguns traços característicos.”<sup>61</sup>

Como já vimos a UE pode evoluir no sentido cooperativo ou a integrativo, contudo, segundo o General Loureiro dos Santos refere ainda outros desígnios para o espaço Europeu: “um estado federado, uma confederação de Estados, uma Europa «à la carte» ou, pura e simplesmente, a desagregação.”<sup>62</sup>

<sup>59</sup> Ver Luís L. Tomé, “Novo Recorte Geopolítico Mundial: Uma Ordem Unipolar, Uma Grande Guerra e o Jogo de “Contenções Múltiplas”, Revista Nação e Defesa nº106, pg. 81.

<sup>60</sup> *Ibidem*, nota 27, pg. 204.

<sup>61</sup> Ver Armando Marques Guedes, “Sobre a União Europeia e a Nato”, Revista Nação e Defesa nº106, pg. 35.

<sup>62</sup> *Ibidem*, nota 29, pg. 112.

A Europa, a única parte do mundo moderno que alguma vez praticou um sistema multiestatal, inventou os conceitos do Estado-Nação, da soberania e de equilíbrio de poder. Estas ideias dominaram as questões internacionais durante quase três séculos. Contudo nenhum Estado Europeu *per si* é suficientemente forte para dirigir a ordem internacional emergente. Pode-se dizer que os Europeus estão a tentar compensar essa fraqueza relativa criando uma Europa unificada, (ou talvez essa Europa não passe de uma estratégia delineada pela Superpotência!) um esforço que absorve muitas das suas energias. Mas, mesmo que tivessem êxito, não haveria uma linha de acção automática para a conduta da Europa unificada a nível global, dado que tal entidade política nunca existiu.

Pode-se afirmar que todo o rumo tomado pela UE foi e é para satisfazer as mais diversas necessidades estruturais do Velho Continente, que se têm vindo a sentir ao longo dos tempos, face às alterações (e que não foram poucas) a que a ordem Internacional tem sido sujeita.

Na centralidade europeia, que de uma forma geral se mantém e deverá continuar, o papel de Portugal é de extrema importância pois é o afirmar das convicções do Velho Continente que não pretende voltar as costas ao seu parceiro de interesses comuns, atribuindo especial significado à margem litoral atlântica oferecida pelo espaço português.

O factor localização confere uma mais valia tanto à UE como mesmo a Portugal. Da sua localização podem-se retirar uma série de potencialidades, no que refere ao posicionamento estratégico em relação à Europa e ao contexto internacional realçando o seguinte: a localização do território português é suficientemente afastada dos focos de conflito na Europa. Contudo salienta-se a sua proximidade da única potência mundial. Nestas condições a importância da posição portuguesa adquire relevância para o reforço europeu e como zona de controlo de grandes rotas de tráfego marítimo e aéreo mundial.

Contudo, para alguns autores e também na minha opinião, a existência da UE está inteiramente ligada à NATO, apesar de serem duas entidades distintas a todos os níveis. Segundo Luís Leitão Tomé, “...a sintonização entre elas, nas várias conjunturas em que têm coexistido, foi sempre (e mantém-se ainda) muito nítida.”<sup>63</sup> Para além das diferenças serem óbvias, no que respeita às funções e fins de cada uma, salienta-se que a sua existência era impensável em separado uma da outra. Analisemos então a questão deste modo: a Potência

---

<sup>63</sup> *Ibidem* nota 50, pg. 71.

dominante pretende preservar a hegemonia. Assim terá de assegurar as estabilidades regionais evitando conflitos que lhes são prejudiciais. Para alcançar a estabilidade regional na Europa estimula a criação de políticas económicas favoráveis à integração dos países do Velho Continente. A par disto assegura essa estabilidade com a constituição de uma força com o objectivo de edificação de uma paz próspera na Europa dilacerada pela II Grande Guerra.

A partir de 1991, com o fim da cortina de ferro, os antigos Estados Soviéticos olhavam para o lado atlântico em busca de estabilidade e fundamentalmente de paz. Alguns procuraram a adesão à UE não só pelo sentimento de pertença mas complementando-a com a ideia de segurança, dada pelo antigo inimigo, sob a égide da NATO. Assim parte substancial do Velho Continente é ou será dentro em breve aliado da Super-potência EUA. Já em 2007 prevê-se a adesão da Croácia e da Roménia.

Como resposta às necessidades ao segundo pilar em que foi baseada a União Europeia, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), tem se vindo a pensar e a concretizar (na medida do possível) a ideia de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), por um lado motivada pela instabilidade regional a que é necessário estar apto a responder, definindo-se assim, uma exigência acrescida para as entidades regionais emergentes, como é o caso da UE.

Para a NATO a criação de uma IESD serve alguns objectivos fundamentais, que tendem a aproximar cada vez mais o futuro das duas margens atlânticas. Assim, pretende-se:

1. Uma melhor repartição do trabalho bem como os correspondentes custos e responsabilidades, por outro lado viabilizando a manutenção dos vínculos transatlânticos.
2. Será essencial forças melhor preparadas e com nível de prontidão maior.
3. Diminuição do fosso tecnológico entre os Estados Unidos e a Europa.
4. Reforça a legitimidade da Aliança, abrindo vias a um multilateralismo mais completo.
5. Permite, a longo prazo iniciar uma verdadeira reforma na Aliança, alargando e flexibilizando a sua estrutura militar permanente, como refere o general Valença Pinto "...viabilizando a articulação harmoniosa de duas estruturas, já não a civil e militar como acontece no presente, mas antes a norte americana e a europeia."<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Valença Pinto, in *A Segurança e a Defesa na Europa, OTAN e UE, A Identidade Europeia de Segurança e Defesa*, 1ª edição, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, Sintra, 2001, pg. 50.

No actual contexto internacional “a nova postura de segurança e defesa que já não é a da dissuasão e da defesa em caso de ataque, mas sim a de uma segurança em que todos devem ganhar, respeitando o direito, desenvolvendo e mantendo a confiança...”<sup>65</sup>. Segundo este ponto de vista só terá sentido uma componente de segurança e defesa se for operacional e essencialmente útil, sendo esta utilidade definida pelo segundo pilar da UE, a Política Externa e de Segurança Comum. Assim sendo a Europa (diga-se UE) só tem sentido ter meios militares se forem realmente aplicáveis em cenários reais de emprego. Segundo o General Valença Pinto, o critério para a constituição e levantamento efectivo das forças é o seguinte: “o que se precisa é de forças cujo emprego seja efectivamente necessário, que sejam rápida e facilmente deslocáveis, polivalentes, aptas a escalar e a combater se necessário bem instruídas segundo uma doutrina comum e tecnologicamente bem apetrechadas.”<sup>66</sup>

É através do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) que Portugal define as suas orientações estratégicas, num contexto mundial caracterizado pelos novos desafios, no âmbito da segurança e defesa. Como vimos até aqui, “Portugal é membro da União Europeia, e contribui empenhadamente para as suas várias políticas, incluindo a política europeia de segurança e defesa, e tem o maior interesse estratégico na estabilidade, coesão e aprofundamento do projecto europeu, numa perspectiva de acrescida solidariedade entre todos os Estados e povos nele participantes.”<sup>67</sup> Para além disto, o CEDN consagra no âmbito da UE e no quadro específico da defesa nacional missões de interesse nacional, as chamadas missões de Petersberg. Salienta ainda, que através deste tipo de actuações por parte dos Estados da UE, pode fomentar as relações transatlânticas, possibilita que a União Europeia “adquiram um protagonismo mais efectivo na resolução dos conflitos ou de crises que lhe digam respeito.”<sup>68</sup>

Se a relação com os EUA é importante para a União Europeia, também se torna indispensável um diálogo com o Mediterrâneo. Neste sentido o Processo de Barcelona tem sido o quadro de solidariedade e cooperação em que se desenvolvem iniciativas baseadas nos princípios da parceria e da co-apropriação no âmbito da política e segurança, da promoção das reformas económicas e institucionais,

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, pg. 52.

<sup>66</sup> *Ibidem*, pg. 54.

<sup>67</sup> Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003. DR nº 16-I Série B de 20 de Janeiro de 2003, capítulo 7, nº 3.

<sup>68</sup> *Ibidem*, capítulo 7, nº 3.

da liberalização do comércio, das infra-estruturas de energia e transportes e da cultura e educação. Nesta óptica, novas medidas têm surgido para reforçar o diálogo político já existente, com vista a alcançar tais objectivos, Portugal defendeu, em conjunto com a Espanha, a extensão da Política Europeia de Vizinhança <sup>69</sup> aos países mediterrânicos, nomeadamente com Marrocos, Tunísia, Argélia, Israel e Palestina. Nestes planos assume-se o princípio da diferenciação entre países e não entre regiões, respeitando a especificidade de cada parceiro. Para Portugal, o Mediterrâneo Ocidental não tem apenas valências históricas e culturais. Devido às reformas em curso, Marrocos, a Tunísia e a Argélia, são países que permitirão aprofundar as relações bilaterais.

Sob este prisma, é de salientar o constante aumento das importações de produtos energéticos provenientes da Argélia. Estrategicamente a dependência de Portugal em relação àquele país continua a ser significativa, apesar da política de diversificação dos fornecedores de gás natural que tem vindo a ser levada a cabo.

### c) *A Área Norte – Atlântica*

A área Norte – Atlântica é a única área que tem interesses importantes em todas as regiões mundiais bem como a capacidade de as afectar politicamente, economicamente e também a nível de segurança. Normalmente, as sociedades de outras civilizações <sup>70</sup> necessitam da ajuda Norte – Atlântica para alcançarem os seus objectivos e protegerem os seus interesses. Segundo Huntington é do interesse dos Estados Unidos e dos países europeus:

1. “Alcançar uma maior integração política, económica e militar e coordenar as suas políticas de modo a impedir que Estados de outras civilizações explorem as suas diferenças;
2. Integrar na União Europeia e na NATO os Estados ocidentais da Europa, ou seja, os países do Visegrado, as repúblicas bálticas, a Eslovénia e a Croácia;

<sup>69</sup> Esta política consiste no estabelecimento de planos de acção conjuntos entre a União Europeia e cada um dos seus parceiros, através de acordos de associação, com vista à criação de uma zona de comércio livre euro-mediterrânica.

<sup>70</sup> Segundo Samuel Huntington, no *Choque das Civilizações* “A civilização é, assim, o mais elevado agrupamento cultural de pessoas e o nível mais amplo de identidade cultural que as pessoas possuem e que as distingue das outras espécies. Ela define-se quer por elementos objectivos comuns, como a língua, a história, a religião, costumes e instituições, quer pela auto-identificação subjectiva das pessoas.”. Samuel Huntington; *Op. Cit.*, pg. 47.

3. Encorajar a ocidentalização da América Latina e, tanto quanto possível, o estreito alinhamento dos seus Estados com o Ocidente;
4. Restringir o desenvolvimento do poder militar, convencional e não convencional, dos países islâmicos e sínicos;
5. Contrariar o afastamento do Japão do Ocidente e a sua acomodação com a China;
6. Aceitar a Rússia como o Estado-núcleo da ortodoxia e uma grande potência regional com interesses legítimos na segurança das suas fronteiras meridionais;
7. Manter a superioridade tecnológica e militar sobre as outras civilizações;
8. E, mais importante, reconhecer que a intervenção ocidental nos assuntos das outras civilizações é, provavelmente, a mais perigosa causa de instabilidade e de potencial conflito global num mundo multicivilizacional.”<sup>71</sup>

Como já foi referido, vivemos presentemente sob o domínio unipolar dos Estados Unidos. Em nenhum outro período da história se ouviu falar de outra Potência com o mesmo poder mediático, financeiro, científico e tecnológico, económico, cultural e militar. A desintegração da União Soviética afastou o único desafio militar ao Ocidente. Como prova disso foi a desorientação estratégica da NATO desde 1991 até 1999, ano em que foi aprovado o novo conceito estratégico <sup>72</sup> para a Aliança Atlântica.

Aprovado em Washington, em 23 e 24 de Abril de 1999, o novo “conceito estratégico” da NATO reafirma princípios e normas constantes do Tratado do Atlântico Norte <sup>73</sup>, assinado em 4 de Abril de 1949, em Washington.

Afirma-se, com efeito, no novo documento, que sucederam aos perigos da guerra-fria novas oportunidades e novos riscos, como se pode ler no número 3. Neste sentido, a Aliança não tem como única missão assegurar a defesa dos seus membros mas também contribui para a paz e a estabilidade na região euro-atlântica, como refere o número 6.

A NATO, para além de dissuadir e defender contra qualquer ameaça de agressão a qualquer Estado membro, deve também prevenir-se e contribuir para a prevenção eficaz de conflitos, bem como ter capacidades para se envolver activamente na gestão de crises, inclusive em operações de reacção a crises, como salienta o número 10.

---

<sup>71</sup> *Ibidem*, pg.368.

<sup>72</sup> Ver Anexo C.

<sup>73</sup> Ver Anexo B.

Prevê-se, então, que estas operações poderão ir para lá das previstas no artigo 5º do Tratado de Washington, assim refere o novo documento no número 31. Neste sentido, as crises a prevenir e/ou a resolver segundo o número 20 são as que resultam da instabilidade da área euro-atlântica, bem como as crises regionais que possam ocorrer na periferia da Aliança.

Na verdade, os interesses da NATO podem ser afectados, não apenas por actos de agressão aos países membros, neste novo conceito já se prevêem os actos de terrorismo, a sabotagem e o crime organizado, e ainda outros que possam afectar o abastecimento de recursos vitais, tais como o petróleo, gás, etc., como está previsto no número 24.

Como tem vindo a ser dito, tudo isto implica que a NATO deve poder colaborar para a prevenção de conflitos e na gestão de crises, através de operações de reacção às crises sem serem as previstas pelo artigo 5 do Tratado da Aliança Atlântica, como explicita o número 29, contudo ainda refere mais, no número 52 prevê-se que podem ainda serem efectuadas operações sem aviso prévio, afastadas das suas bases nacionais e, inclusivamente, fora do território dos Aliados, as *Out of Area Operations*.

Como vimos, a NATO está a transformar-se de aliança defensiva em aliança para a segurança global, verificando-se um alargamento da sua área geográfica de intervenção. Com este novo documento ela assume o direito de intervir militarmente caso a segurança de algum país membro esteja ameaçada, ou por outros motivos já referidos anteriormente.

No que concerne à posição geoestratégica portuguesa, a NATO tem dado sinais de empenho numa organização euro-mediterrânica que favoreça a segurança na região e que estabeleça medidas de cooperação.

Há mais de uma década que UE e NATO vêm desenvolvendo um diálogo euro-mediterrânico nas áreas de *peacekeeping*, *peacemaking*, controlo de armamento, -protecção ambiental, cooperação civil – militar, planeamento civil de emergência, gestão de crises e cooperação militar. E apesar da natureza política do diálogo, muitas questões de segurança, mais delicadas, são debatidas. Os interesses económicos e a segurança energética são obviamente importantes para a política mediterrânica da NATO, pois mais de metade do petróleo e do gás consumido na Europa Ocidental passa através do Mediterrâneo. Além disso, a explosão demográfica no Norte de África apresentará a longo prazo desafios estratégicos para a Europa sob a forma de emigração ilegal e mesmo de terrorismo. Ao mesmo tempo, a proliferação

dos mísseis no Médio Oriente e no Norte de África tem impacto directo na segurança e na liberdade de acção da Europa no Mediterrâneo.

A nova NATO tornar-se-á um factor reforçado de estabilidade para toda a Europa e para as regiões do Mediterrâneo suas vizinhas, através do seu papel de fórum de intercâmbio político e da sua prontidão para contribuir para a gestão de crises e para a manutenção da paz sob mandato das Nações Unidas ou da OSCE. Contudo, esta importante evolução não deve fazer com que a NATO se desvie do seu fundamento principal – a sua dimensão transatlântica. O interesse permanente dos Estados Unidos e do Canadá na Europa é assegurado pela Aliança. Portugal, assim como os seus Aliados europeus, atribui a maior importância à manutenção deste empenhamento.

Portugal, relativamente à ordem externa consagra no seu conceito estratégico algumas linhas principais. Assim, assume a fidelidade às alianças tradicionais afirmando o compromisso com a NATO, não só por ser um dos países fundadores, como também devido à vocação atlântica nacional, sendo uma razão de sobrevivência da nossa identidade política no próprio contexto Europeu.

Com o “...alargamento a Leste sendo uma expressão natural da construção de uma nova arquitectura de Segurança e Defesa de vocação Continental, não deve levar ao menosprezo da relevante componente transatlântica na definição da Natureza da Aliança e na modulação dos seus equilíbrios internos...”<sup>74</sup> porém, consagra ainda a valorização da diversidade de inserção de Portugal, em múltiplos e distintos espaços geoestratégicos, como se pode ler no próprio conceito, “a coesão da sociedade portuguesa implica, também, a valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. É importante o reforço dos laços com os países de acolhimento das nossas comunidades emigrantes. É também desejável o reforço das relações com países de origem das comunidades imigrantes em Portugal.”<sup>75</sup>

Por fim, o empenhamento nas novas modalidades que permitem uma maior afirmação nacional, a nível de Segurança e Defesa, tais como as missões Petersberg (como afirmação da nossa vontade, capacidade e responsabilidade!), neste sentido adquire-se um maior protagonismo, sobretudo mais efectivo no que respeita à resolução de conflitos ou crises que digam respeito à Europa. Para isso deverá desenvolver-se uma Força de Reacção Rápida. Como está bem explícito no

---

<sup>74</sup> António Vitorino, *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, 1ª edição, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, Sintra, 2002, pg. 111.

<sup>75</sup> *Ibidem*, nota 58, Capítulo 4, nº 2.

CEDN, Portugal “...tem o maior interesse estratégico na estabilidade, coesão e aprofundamento do projecto europeu, numa perspectiva de acrescida solidariedade entre todos os Estados e povos nele participantes.”<sup>76</sup>

#### d) *Conclusões*

É de realçar que Portugal é um país euro-atlântico, posição que lhe confere um lugar sem igual, dependendo da evolução das conjunturas mundiais, mantém a sua posição estratégica no meio das duas Potências, tanto a Marítima como a Continental. Esta condição geopolítica obriga-nos a considerar as nossas vulnerabilidades. Portugal é um país pequeno, com menos poder relativo que outros Estados, que tem de enfrentar a globalização. Assim, a defesa dos interesses nacionais deverá passar pela potenciação da riqueza da nossa identidade euro-atlântica.

Portugal é mais forte quando coopera com outros e afirma a sua identidade plural, como refere o CEDN. Só desta forma poderá atingir melhor os objectivos de defesa nacional através da sua acção conjugada nas organizações internacionais. Para isso estamos, entre outras, na União Europeia (UE) e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para isso, também, o CEDN tem uma relação estreita com o novo conceito estratégico da OTAN, definido em 1999 face às novas ameaças. Hoje, segurança interna e externa interrelacionam-se. Julgo que neste momento a organização política que se encontra na União Europeia é a melhor forma de articulação positiva neste conjunto de países que a compõe, tanto na sua situação interna, no objectivo inicial que justificou a existência de qualquer Estado, o bem-estar, bem como na sua capacidade de afirmação face às potências externas.

Será necessário, por uma questão de afirmação nacional, actuar em igualdade de direitos com os demais parceiros da UE, para daí retirar o maior número de benefícios. Contudo é essencial preservar uma autonomia suficiente para continuar a estabelecer as relações transatlânticas, elas próprias aumentam da nossa capacidade de intervenção na Europa.

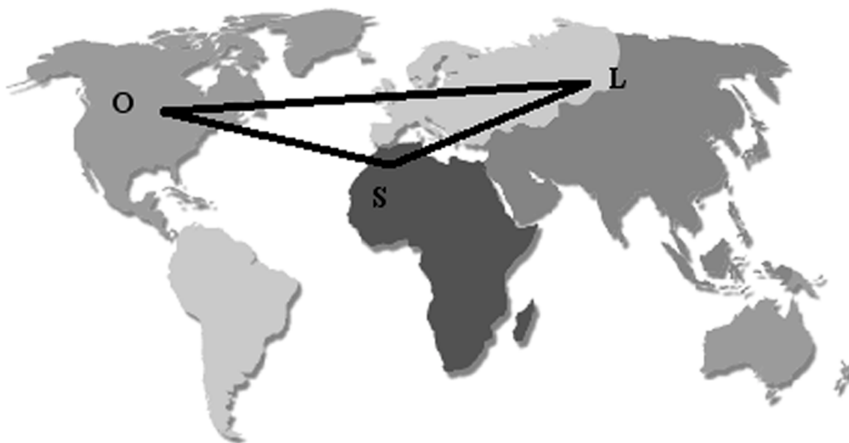
Por outro lado, há que gerir cuidadosamente as relações mútuas, batalhando, pois é do nosso interesse, pela conservação do vínculo EUA – Europa, onde desempenharemos um papel central. A par disto, é conveniente para Portugal manter o *status quo* peninsular, para isso será essencial diversificar as nossas

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, nota 58, Capítulo 7, nº 3.

relações externas com outras potências marítimas que estejam interessadas nesta opção, como é o caso do nosso aliado tradicional — o Reino Unido.

Em jeito de síntese, para uma concreta afirmação da segurança europeia será necessário reforçar os vínculos entre o Conselho da Europa, a NATO e a OSCE, consolidando a relação Norte Atlântica. Por outro lado, a relação com o Leste Europeu (Eurásia), deverá ter em conta a estabilização dessa área, neste sentido os processos de adesão de novos países à UE, tais como a Croácia e a Roménia que deverão integrar a União Europeia em 2007, são de extrema necessidade pois garantem e ampliam os esforços de estabilidade e segurança europeus nessa região. Por fim, será fundamental à Europa incentivar, através do diálogo, a sua associação ao mediterrâneo, consistindo no estabelecimento de planos de acção conjuntos entre a União Europeia e cada um dos seus parceiros nessa região, para promover a estabilidade nessa zona. Assim: é necessário consolidar a Oeste, estabilizar a Leste e dialogar com o Sul, como será mais elucidativo ver na **Figura 1**:



**Figura 1:** *O Triângulo Europeu de Segurança*

*“...seja qual for o desfecho do projecto Europeu, ou o objectivo final dele, a estratégia nacional que teve êxito na opção atlântica – a de afirmação positiva do País para o lado do ‘Mar’ – pode ser contributo decisivo para se poder triunfar também no desafio da opção europeia.”<sup>77</sup>*

VIRGÍLIO DE CARVALHO

## CAPÍTULO III

### Conclusões

Após a elaboração deste estudo, julgamos ter atingido o objectivo a que nos propusemos, é possível identificar algumas constantes e linhas estratégicas que são fundamentais à determinação da opção portuguesa.

Torna-se mais fácil distinguir estas constantes em dois níveis distintos:

- As gerais, que comprovam as opções estratégicas de âmbito geral, podendo incluir ou não a posição de Portugal, tanto no passado como no presente.
- As particulares, que confirmam as constantes estratégicas específicas, relacionadas com a opção portuguesa.

#### a) Gerais

Da História podemos observar que as grandes Potências acabam por impor sempre os seus interesses nacionais, como foi durante o século XVII numa conjuntura multipolar onde as grandes Potências disputavam entre si a hegemonia europeia. Hoje a História repete-se, apesar de o sistema actual não ser multipolar, nem bipolar, assistimos actualmente a uma primazia do poder Norte-Americano, tanto a nível económico, como a nível político.

Neste sentido, torna-se fundamental à potência que detém a primazia assegurar a defesa em profundidade da sua área estratégica de acção. Na eventualidade de ter de ceder tempo por espaço. Por outro lado estas mesmas áreas servem como forma de projecção de poder, que para ela é de todo o interesse manter. Na conjuntura actual podemos analisar facilmente a posição militar dos EUA observando a quantidade de “*projection force points*” que tem espalhados pelo

---

<sup>77</sup> CARVALHO, Virgílio de; A Importância do Mar para Portugal; Bertrand Editora / Instituto da Defesa Nacional, 1995, pg. 281.

mundo (Diego Garcia, Okinawa, Guam, etc.), que não só asseguram a sua presença, caso seja necessário projectarem o seu poder, como também, através delas, dissuadem eventuais actividades que poderão pôr em causa a estabilidade regional. Por outro lado, na esfera económica, tem estabelecido acordos bilaterais com diversos países, tais como o Canadá e o México, que em Janeiro de 1994 criaram a *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). Mas não é só no Continente Americano que intervêm, também assinam acordos bilaterais com Israel, Jordânia, Singapura, Chile, Austrália, entre outros.

Assegurar a defesa do espaço Atlântico torna-se fundamental aos EUA, como forma de garantir a relação transatlântica com a Europa, Continente com quem partilha uma certa identificação cultural e política. Por outro lado, o controlo regional do espaço islâmico deverá ser mantido, contudo este controlo não se faz com armas, mas sim com serviços de informação a funcionar no terreno, com programas de apoio económico e social às populações, através de medidas políticas, tudo isto para evitar a vulnerabilidade social e o aproveitamento desse sentimento de revolta da população por parte grupos extremistas. É urgente retomar as negociações nesta região para criar um espaço de estabilidade e paz no Mediterrâneo, de forma a evitar os extremismos religiosos, e as *jihad*<sup>78</sup> contra o Ocidente. As guerras clássicas de Clausewitz que asseguravam a continuação da política por outros meios, como ele próprio referia, hoje em dia já quase que não têm lugar. Identificamos novas ameaças, tais como o terrorismo, como forma de luta para a prossecução de interesses de alguns grupos.

No que concerne à UE, a promoção do diálogo com o Noroeste Africano (Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia), torna-se essencial com vista a evitar conflitos e promovendo a estabilidade, como refere o Professor Mendo de Castro Henriques, “Esta oportunidade de aprofundar relações entre a Europa e o Mediterrâneo Sul não se pode perder. Rabat está mais próximo de Lisboa do que Madrid e a Europa é o maior parceiro comercial e o maior doador financeiro na região.”<sup>79</sup> A Europa atingiu um nível de estabilidade que já não se via há algum tempo, sem guerras, com um futuro próspero, quiçá uma futura potência. A UE deverá manter o olhar sobre a outra margem atlântica, como tem feito. Para além disso deverá estar atenta à sua fronteira Oriental. De forma a assegurar a estabilidade regional deverá analisar as candidaturas vindas do Leste da Europa (estando já

---

<sup>78</sup> Guerras Santas.

<sup>79</sup> Mendo de Castro Henriques in *NATO e Segurança Euro-Mediterrânica* (ver <http://www.idn.gov.pt>)

prevista a adesão de mais dois Estados em 2007, a Croácia e a Roménia) e da Turquia inclusive, para a adesão à União Europeia, como forma de aumentar o seu poder regional e mundial.

Neste contexto de alargamento do espaço de influência da UE é de realçar a recente crise eleitoral na Ucrânia, a qual criou um novo foco de instabilidade, que já levou à intervenção de Javier Solana, o alto representante para a política externa da UE, que, com os presidentes polaco Aleksander Kwasniewski e lituano Valdas Adamkus, e o líder do parlamento russo, Boris Gryzlov, tentam mediar a crise resultante das eleições. Segundo a Organização para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE) o escrutínio não obedeceu às normas democráticas e Bruxelas, através do Primeiro-Ministro holandês, Jan Peter Balkenende, comunicou ao Presidente Kutchma da desconfiança sobre o resultado (que se supunham fraudulentas) das eleições, enquanto os EUA ameaçaram rever as suas relações com a Ucrânia se as irregularidades se confirmassem. Por outro lado, para a Rússia o significado destas eleições que atribuíram a vitória a Ianukovitch é bem diferente, “em conferência de imprensa, Putin considerou ‘inadmissíveis’ as dúvidas da UE e da OSCE e aconselhou os observadores a ‘terem mais cuidado e mais responsabilidade no seu trabalho’.”<sup>80</sup> Em momentos de instabilidade governativa como este nunca é de excluir a hipótese de guerra civil, e neste caso instabilidade na Europa de Leste, a repetição das eleições e os consequentes resultados merecem um sério acompanhamento da UE.

Ao nível do fórum interno da UE, a substituição dos Estados-Nação da União Europeia por outra unidade política, do tipo supranacional, a acontecer, deverá ser cautelosamente reflectida, neste sentido merece salientar a importância dos referendos à população sobre estes assuntos tão delicados na vida nacional, como é o caso do referendo sobre a aceitação da Constituição Europeia a realizar brevemente. Para isso deverá o Estado informar os cidadãos das vantagens e desvantagens de cada opção.

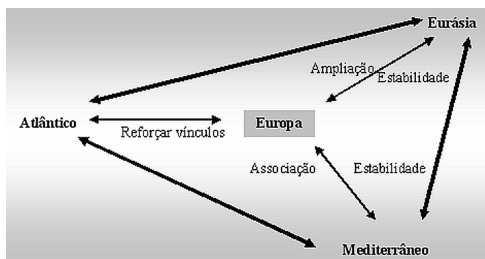
Será fundamental à UE progredir com pequenos passos bem sedimentados para que os alicerces não venham a ruir um dia mais tarde e com eles todo um projecto grandioso. Assim, deverá manter a posição corrente, um Conselho intergovernamental, e paulatinamente alargar os poderes e a acção da mais alta instância Europeia (o Parlamento Europeu).

---

<sup>80</sup> Helena Tecedeiro, “Ucrânia ‘À Beira da Guerra Civil’”, *In* Diário de Notícias de 24 de Novembro de 2004.

Quanto à NATO, deverá apoiar a criação de uma IESD, evitando intervenções em espaços onde a segurança deve ser afirmada e constituída pelos Europeus, como a recente substituição da SFOR pela UEFOR na Bósnia. Assegurando, assim, a tal estabilidade regional para a Europa, evitando os conflitos que tanto podem prejudicar o futuro da União. Neste sentido, devem ser considerados três pólos fundamentais em torno da Europa: A Eurásia, o Atlântico e o Mediterrâneo. Cada um com necessidades muito próprias e para satisfazer tais necessidades deve-se:

1. Reforçar os vínculos transatlânticos.
2. Em relação à Europa de Leste (Eurásia), deve-se ter em conta a necessidade de estabilidade regional, podendo passar essa necessidade pela ampliação da Europa nessa direcção.
3. Incentivar o diálogo com o Mediterrâneo, promovendo a estabilidade através de laços associativos.



**Figura 2:** *O Equilíbrio de Segurança Europeu.*

## b) *Particulares*

Portugal tem estado desde o final do processo de descolonização primordialmente empenhado na opção atlântica. Esta opção, como se pode ver da História, permitiu afirmar a individualidade e sobretudo a identidade do país, não só pela ênfase do carácter atlântico nacional, como também pela litoralização do Continente. Contudo, a identidade portuguesa não estava completa unicamente com a afirmação do traço atlântico, faltava-lhe a opção europeia para a confirmação de um Portugal euro – atlântico.

Da análise feita, parece-me que, a opção europeia pode ser de facto um passo muito importante na História nacional, uma espécie de epílogo de uma Obra a que se deu o nome de Portugal.

Contudo, é essencial a análise de opções de segurança sem pôr em causa os laços transatlânticos de Portugal, só desta forma será possível manter o nível das exigências sobre as necessidades (reais) nacionais, de acordo com o sentimento dos Portugueses. E a verdade é que cada povo e cada país tem realmente obrigação de fazer funcionar e desenvolver a herança geográfica e cultural recebida dos seus “egrégios avós”. Na medida em que não sejam um encargo ou um motivo de preocupação de segurança regional ou mundial, para isso deverão analisar as suas potencialidades bem como as vulnerabilidades.

O CEDN informa-nos claramente sobre a estratégia escolhida pelo nosso país e diz respeito a todos os portugueses: aquilo que somos e aquilo que devemos defender para continuarmos a existir enquanto nação. Ponto fundamental do CEDN, no âmbito da Política Externa Portuguesa, é o facto de nos inserimos num espaço euro-atlântico, actuando em várias fronteiras.

Cada opção tem vantagens e desvantagens, como se pode ver no seguinte quadro:

**Quadro 1:** *As Vantagens e Desvantagens Decorrentes das Opções de Extremo Tomadas por Portugal.*

<b>Opção Atlântica</b>		<b>Opção Europeia</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Permite afirmar a individualidade e sobretudo a identidade do país	A fronteira da Potência Marítima e da Continental coincide com o território nacional (Charneira)	Capacidade de afirmação face às potências externas à UE	A fronteira da Potência Marítima e da Continental coincide com o território nacional
Posição Geoestratégica privilegiada	Não consegue manter o estatuto de neutralidade	Posição Geoestratégica privilegiada	Aumento da Imigração desde que não controlada
Aliança com a Potência Marítima dominante	Pode inibir a participação portuguesa na UE	Salvaguarda os interesses nacionais através da co-decisão política com outros países	Intervenção externa na vida política, económica e social nacional
A fronteira Portuguesa situa-se junto da fronteira da Potência Marítima, o Atlântico		Valorização das Comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo	Disparidades económicas no espaço comunitário apesar do princípio da coesão económica, social e territorial, tão defendido por Portugal.
		Estabilidade regional	Possibilidade da UE evoluir no sentido de se tornar num Perturbador Continental com completa integração e modernização das forças militares

Deste modo, a opção que deve ser tomada, como já foi referida, reserva a Portugal um rumo, não o fim da sua longa História (pois é impossível apagar tantos séculos de existência), assim deverá:

1. Crescer a par da UE e nesta perspectiva deverá continuar a lutar pelos interesses nacionais.
2. Afirmar a identidade nacional entre os seus congéneres europeus, valorizando o legado histórico-cultural do país.
3. Continuar a intervir com os seus homólogos, para com eles alcançar as aspirações humanas fundamentais.
4. Continuar a garantir e a afirmar a sua posição perante outras Organizações e potências nomeadamente a Atlântica (Estados Unidos), reforçando os vínculos transatlânticos.
5. Intensificar-se a nossa participação nos cenários que exijam a intervenção Europeia, nomeadamente as missões de Petersberg e com prioridade para as relações com os países lusófonos (CPLP).

Após esta análise, podemos concluir que da “Opção Atlântica à Opção Europeia” compreende um vasto domínio. Não são apenas duas, únicas e exclusivas, opções. Elas fazem parte de um leque bastante grande de escolhas, em que estes extremos se adoptados hermeticamente poderão ser perigosos, como vimos da História.

## BIBLIOGRAFIA

### Referências Bibliográficas:

- AAVV, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5ª edição, Porto, Porto Editora.
- AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s.d..
- AAVV, *A Identidade Europeia de Segurança e Defesa*, 1ª edição, Edições Atena, L.da. e Instituto de Altos Estudos Militares, Sintra, 2001.
- AAVV, *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, 1ª edição, Edições Atena, L.da. e Instituto de Altos Estudos Militares, Sintra, 2002.
- ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de; *Do Poder Do Pequeno Estado*; ISCSP, Lisboa, 1990.
- BONIFACE, Pascal, *Atlas das Relações Internacionais*, 1ª edição, Plátano Edições Técnicas, 1997.
- BONIFACE, Pascal, *Dicionário das Relações Internacionais*, 1ª edição, Plátano Edições Técnicas, 1997.
- BORGES, João Vieira, *Apontamentos da Cadeira de Geopolítica*, Academia Militar, 2000.
- BORGES, João Vieira, *Apontamentos da Cadeira de Relações Internacionais*, Academia Militar, 2002.
- BORGES, João Vieira, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII*, 1ª edição, Lisboa, edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.
- CAROL, Anne; CARRIGUES, Jean; IVEMEL, Martin; *Resumo de História do Século XX*; 1ª edição, Plátano Edições Técnicas, 1999.
- CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François, *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- CARVALHO, Virgílio de; *A Importância do Mar para Portugal*; Bertrand editora/ /Instituto da Defesa Nacional, 1995.

- CLAUSEWITZ, Carl Von, *Da Guerra*. 2ª Edição, Europa América, Lisboa, 1997.
- CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL, Diário da República n.º 164, série B, Resolução do Conselho de Ministros 6/2003.
- COMPGNON, Béatrice; THÉVENIN Anne, *Cronologia do século XX, As grandes tendências e as grandes datas*, 1ª edição, Plátano Edições Técnicas, 1999.
- CORREIA, Pedro Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol.1 – Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Quarteto Editora, 2002.
- COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia Vol. I*, Pedrouços IAEM, 1988.
- COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia Vol. II*, Pedrouços IAEM, 1989.
- COVAS, António, *A União Europeia e os Estados Nacionais*, 1ª edição, celta editora, 2002
- DEL VALLE, Alexandre, *Guerras Contra a Europa*, 1ª edição, Lisboa, Hugin Editores, 2001.
- HUNTIGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações – E a Mudança na Ordem Mundial*, 2ª edição, Lisboa, Gradiva, 2001.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, 2ª edição, Gradiva, Abril de 2002.
- MACEDO, Jorge Borges de; *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força – Estudo de Geopolítica*; Lisboa, Edição da Revista Nação e Defesa.
- MANIQUE, António Pedro, *Portugal e as Potências Europeias (1807 – 1847)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, A. H. De Oliveira, *História de Portugal*, 8ª edição, Lisboa, Palas editores, 1978.
- MARTINS, General Ferreira; *Portugal na Grande Guerra – II Volume*; Lisboa, Editorial Ática, 1938.
- MATOS, Luís Salgado de; BACALHAU, Mário, *As Forças Armadas em Tempo de Mudança*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2001.

- MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*, 2ª edição, Fundação Mário Soares, Gradiva publicações, 2001.
- MOREIRA, Adriano; *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Almedina.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire; *As Guerras Liberais Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*; 1ª Edição, Edições Cosmos, 2004.
- PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª Edição, Almedina, 2002.
- RAMONET, Ignacio, *Geopolítica do Caos*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- SANTOS, J. Loureiro dos, *Apontamentos de História para Militares*, Pedrouços, IAEM, 1979.
- SANTOS, J. Loureiro dos, *Como Defender Portugal*, Pedrouços, IAEM, 1991.
- SANTOS, Loureiro dos, *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980.
- SANTOS, J. Loureiro dos, *Incursões no Domínio da Estratégia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- SANTOS, Loureiro dos, *Reflexões Sobre Estratégia – Temas de Segurança e Defesa*. IAEM e Publicações Europa América, 2000.
- SANTOS, Loureiro dos, *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio Reflexões Sobre Estratégia – II*, 1ª edição, Publicações Europa América, 2001.
- TELO, António José; *Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica*; 1ª Edição, Edições Cosmos, 1996
- TZU, Sun, *A Arte da Guerra*, 3ª edição, Publicações Europa América, 2000.
- VIANA, Victor Daniel Rodrigues; *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*; Pedrouços, IAEM, 1996.

### **Endereços de Internet:**

1. Governo da República Portuguesa

[Http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Portugal\\_na\\_UE](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Portugal_na_UE)

Apresenta informações práticas e regulamentares sobre Portugal na União Europeia, bem como o projecto de Tratado de Constituição para a Europa.

2. Organização do Tratado do Atlântico Norte

<http://www.nato.int/>

Fornecer informações sobre o seu programa, disponibiliza os discursos NATO bem como o seu Conceito Estratégico.

3. União Europeia

[Http://www.europa.eu.int/index\\_pt.htm.int/](Http://www.europa.eu.int/index_pt.htm.int/)

Reúne o conjunto das informações sobre a política e as instituições da União Europeia.